

ALEXANDRE LUIS PAULI FURLANETO

O SUJEITO DE DIREITO

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Direito,
Curso de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
2002

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em ☒
Direito da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador:

João Antônio Kues fediel 9,0
Sérgio Seleme 9,0

Alcides
Seleme

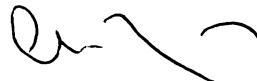
Ref.: avaliação de monografia

Interessado: *Alexandre Luis Pauli Furlaneto*

Resumo da análise:

- (1) Bibliografia: coerente com o tema desenvolvido; boas obras referidas.
- (2) Texto: interessante; boa redação, embora com algumas falhas.
- (3) Tema desenvolvido: a subjetividade jurídica na modernidade, visualizada na perspectiva da historicidade de sua construção; relação entre a expansão capitalista, a estimulação do desejo de consumo e apropriação de bens e a idéia de sujeito de direito.
- (4) Apresentação do trabalho: alguns longos trechos sem menção à fonte de pesquisa, v.g. análise da estrutura medieval – fls. 05-07; ao alicerces da idéia de subjetividade – fls. 11-12; expansão capitalista – fls. 14-17. Citação sem origem, v.g. fls. 13 (Galileu (?))
- (5) Conclusão: o sujeito racional, como categoria jurídica, nega todo o processo histórico que o originou, o que caracteriza uma falha fundamental (fls. 26-7) na construção da subjetividade, segundo o texto.

AVALIAÇÃO: 9,0 (Nove)



Carmem Lucia Silveira Ramos

SUMÁRIO

Introdução.....	pág.1
1.A atual posição	pág.2
2.A caminhada histórica do sujeito	pág. 5
2.1. A estrutura medieval.....	pág. 5
2.1.1. A sociedade medieval.....	pág. 7
2.2. Os alicerces da subjetividade.....	pág. 11
2.3. A Expansão capitalista.....	pág. 14
3. A inauguração da subjetividade.....	pág. 20
4. Subjetividade e desejo	pág. 24
Conclusão	pág. 26
Referências bibliográficas.....	pág. 28

INTRODUÇÃO

Somos homens modernos, ou seja, as concepções e idéias que possuímos, carregamos e desenvolvemos são essencialmente ligadas, ainda, à maneira de pensar e interpretar a vida e o mundo desenvolvidas na Era Moderna. Assim sendo, cremos que somente a partir do momento em que voltarmos nossos olhos para a análise não só da Modernidade mas, sobretudo, dos acontecimentos que a precederam e motivaram a sua construção, é que podemos tecer uma opinião sólida acerca do como e do porquê estamos aonde estamos.

Quando se fala em Modernidade, há um tema central que se faz presente e atravessa toda e qualquer produção humana feita a partir deste período: a subjetividade. A tematização do sujeito e sua elevação à categoria fundamental é, sem sombra de dúvida, uma invenção moderna, e uma herança que carregamos desde então. Como foi dito, a partir da Modernidade o sujeito está em tudo, seja na filosofia, na política, no direito ou em qualquer outro segmento da vida humana. Tendo o tema do sujeito tamanha dimensão, cremos que é só a partir de sua exata compreensão e análise que se pode compreender e interpretar nosso atual sistema jurídico, sua real estruturação e funcionamento.

Mais do que procurar compreender a formação da idéia de subjetividade, este trabalho se propõe a, valendo-se de uma leitura histórica, apresentar que a própria construção da subjetividade carrega, desde sua gênese, uma falha fundamental em sua estrutura, fator que pode significar sua ruína. Sabemos que a idéia central deste breve esforço é um projeto ousado, mas cremos tê-la concluído de maneira adequada. Sendo assim, colocamos a presente obra ao vosso julgamento, e rogamos que ela lhe traga subsídios válidos para a compreensão de nossa atual sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O SUJEITO DE DIREITO

1. A atual posição

A episteme moderna tem um fio condutor: o sujeito. Para poder se falar, se **analisar a** Modernidade, o sujeito tem de ser categoria central. A atual sociedade é a **sociedade** do indivíduo, e isto gera efeitos em toda e qualquer concepção que dela emanem ou **em toda e** qualquer forma de organização da atividade humana que ela produza. O sujeito, **para a** Modernidade, se torna a fonte primordial da racionalidade e o destino de **toda produção** humana.

Em todos os campos do saber, o sujeito se torna uma referência imanente. Por **via de** consequência, o direito estruturado e produzido a partir da Modernidade **há de ser**, logicamente, um “direito do sujeito”, se reportando constantemente a **esta categoria** e a tornando um pressuposto necessário em todo pensamento jurídico.

A importância do sujeito na estruturação do pensamento jurídico **ganha mais força**, sobretudo, a partir dos pandectistas alemães e da conceituação do direito como relação. Cabe ressaltar que, obviamente, a formulação deste pensamento é efeito de uma estrutura e de uma série de injunções por ela provocadas. A importância dada à categoria sujeito (ou sujeito de direito dentro do universo jurídico) pode ser percebida nas lições dos doutrinadores. Conforme ensina MOTA PINTO:

“sujeitos de direito são os entes susceptíveis de serem titulares de direitos e obrigações, de serem titulares de relações jurídicas.”¹

Pode-se perceber que a existência de um sujeito de direito é, na forma que o ordenamento fora estruturado, uma necessidade lógica, haja visto que os direitos pressupõem a faculdade de agir, de poder movimentá-los, cabendo exclusivamente a um ente realizar tal tarefa.

O sujeito de direito ganha, na atual estrutura do sistema jurídico, uma posição nuclear, pois *“(...) se todo direito pressupõe a faculdade de agir, e somente a pessoa tem esse poder, não é admissível a ausência do sujeito em uma relação jurídica.”²*

O sujeito, não só para o direito, mas para todo o pensamento moderno, foi elevado à posição máxima, sendo tratado como o grande senhor de seus destinos, capaz de conhecer e dominar todo o seu universo. A categoria sujeito, para a modernidade, foi eleita como verdade absoluta, sendo ponto fundamental na produção e direcionamento do pensamento, na organização social e, por consequência, do direito.

¹ MOTA PINTO, Carlos Alberto da. Direito civil. Pág.192
² JOMES, Orlando. Direito civil, pág.100

Ressalte-se que o uso do termo *eleito* é proposital, pois conforme o presente trabalho se propõe demonstrar, esta colocação do sujeito como fundamento para a organização da atividade humana é, na verdade, efeito de um processo histórico.

O sujeito, como bem salienta RICARDO MARCELO FONSECA:

*“ não tem uma essencialidade intrínseca e eterna, mas sim foi fundado e é ainda refundado a todo momento pela história ”.*³

O sujeito, por assim dizer, pode ser considerado uma invenção. Além disso, as próximas linhas procurarão demonstrar que, embora o sujeito fora concebido como um ente plenamente consciente e racional, senhor do seu mundo, o processo histórico que o colocou no centro do pensamento moderno fora, como ainda é, animado por um elemento inconsciente do próprio sujeito: o desejo. Assim sendo, o processo histórico que construiu a categoria sujeito e a colocou no centro do pensamento moderno traz, desde a sua gênese, um defeito, haja visto que sempre pressupôs um ente plenamente consciente, senhor de si e dotado de uma razão absoluta, ferramenta máxima em sua caminhada.

Importante, ainda, salientar que o direito ainda não se deu conta das limitações do sujeito, ou seja, de que ele sofre uma série de injunções. De que, frente à situações concretas, há uma série de fatores que influem na ação humana. Tal fato, com certeza, acaba por gerar inúmeras inadequações e distorções no sistema jurídico.

Enfim, para que se possa analisar a invenção do sujeito e, mais precisamente, do sujeito de direito, cumpre agora traçar algumas linhas sobre o desenrolar histórico da construção do sujeito moderno, dos fatores que influenciaram tal construção, objetivando apresentar, ainda, como esta estrutura desenvolvida se assenta sobre bases, no mínimo, questionáveis e que a pressuposição de um sujeito plenamente racional, portador de um instrumento infalível e inigualável, é algo discutível.

³ FONSECA, Ricardo Marcelo. *Modernidade e contrato de trabalho*. Pág. 19.

2. A caminhada histórica do sujeito

A análise a que este trabalho se propõe só pode ser levada a cabo em uma perspectiva histórica. É isto que o presente ponto procura fazer. Para se poder compreender como se forma e ganha corpo a idéia de subjetividade e como tal idéia é fortemente influenciada pelo fator desejo, necessário se faz analisar o cenário que a precedeu e fomentou, ou seja, necessário se faz traçar algumas linhas sobre a estrutura medieval, sua respectiva estrutura econômica, social e sobre as concepções de mundo que a alimentavam e sustentavam. cremos que, somente assim, se poderá perceber com nitidez como o desejo esteve presente nas diversas mudanças ocorridas na transição da Idade Média para a Moderna, e como influenciou fortemente a construção de uma concepção de mundo que coloca o sujeito em posição central.

2.1 A estrutura medieval

Além de fortemente influenciada pelo cristianismo e pela herança greco-romana, a Europa Medieval tem suas origens ligadas aos movimentos migratórios que se estabeleceram pacificamente ou por meio de invasões em territórios do Império Romano, a partir de meados do século III.

As incursões dos povos bárbaros nos territórios do Império do Oriente e Ocidente provocaram pânico e mudanças no cotidiano da sociedade. No Ocidente, em especial, a crise generalizada fez com que as massas camponesas e as populações urbanas empobrecidas praticamente não resistissem aos invasores. O Império do Ocidente deixou de existir em 476, quando foi deposto o último imperador, Rômulo Augusto. Mas, tanto no Ocidente quanto no Oriente, o enfraquecimento do poder político exercido pelas grandes cidades favoreceu o processo de ruralização, que já vinha em andamento desde o século III, consagrado por instituições como o colonato, datado do governo de Diocleciano.

A ruralização e a fragmentação do poder político forneceram os materiais para a formação dos chamados “reinos germânicos”, alguns de curta duração, outros estáveis, nos territórios antes submetidos a Roma e a Constantinopla.

O século V, século das migrações, da formação do reino franco e dos primórdios da feudalização, marca o início da Idade Média. Criada pelos humanistas do século XVI, a designação de Idade Média tinha de início um caráter nitidamente pejorativo. O homem moderno, no momento em que foi capaz de escolher seu próprio passado, ligando-se à Antiguidade Clássica, concebeu sua época como uma revalorização do mundo helênico. Os renascentistas atribuíam ao período medieval um caráter negativo, vendo nele um corte histórico milenar na evolução da cultura da humanidade.

A mentalidade do homem “plural”, característico da era moderna europeia, não compactuava com a idéia de uma sociedade envolta pelo idealismo religioso e presa às relações de dependência mútua estabelecidas no pacto feudal.

No início da Idade Média as glórias da civilização clássica e do Império Romano eram uma distante memória no Ocidente. As migrações bárbaras não apenas haviam destruído o sistema civil e a própria autoridade mas, de modo geral, eliminaram qualquer espécie de vida cultural mais elevada e, especialmente depois da expansão islâmica, cortaram o acesso aos textos gregos originais.

Para o espírito medieval, o progresso da cultura significava – e exigia- a recuperação dos textos antigos e de seu significado. No entanto, em toda primeira metade da Idade Média, os estudiosos eram raros, escassos os recursos culturais e muito dificilmente encontravam-se textos clássicos originais. Em tais condições, o progresso intelectual era um processo lento e penoso para os povos ocidentais recentemente amalgamados. Além disso, o primado absoluto da fé cristã sobre conceitos seculares desestimulava qualquer envolvimento maior na cultura e pensamento clássicos em seus próprios termos.

Como as verdades da Escritura a tudo abrangiam, o desenvolvimento da razão humana estava sancionado e era estimulado unicamente para fins de melhor compreensão dos mistérios e princípios da doutrina cristã.

Embora a maioria da população vivesse da agricultura ou de atividades afins, existiu uma incipiente atividade comercial. Assim, não se pode dizer que houve um retrocesso a uma economia natural mas, sem dúvida, cada feudo produzia o máximo possível para sua subsistência e ocorreu uma escassez generalizada de moeda, em parte devido à pequena circulação e à tendência ao entesouramento da aristocracia. Além disso, a distribuição muito desigual de renda gerou um obstáculo ao bom funcionamento de um sistema monetário.

2.1.1. A Sociedade Medieval

A sociedade medieval consistia nessas três classes: clero, nobreza militarizada (senhores feudais) e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava deveria produzir para ambas as outras classes.

A maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como feudos. Um feudo consistia apenas em uma aldeia e várias centenas de acres de terra arável que a circundavam. Esta terra era dividida em duas partes: uma, de modo geral a terça parte do todo, pertencia ao senhor e era chamada de seus “domínios”; a outra ficava em poder dos arrendatários que, então, a cultivavam. Em relação à estrutura social, os camponeses representavam a esmagadora maioria da população, e constituíam a base da sociedade. Trabalhavam para produzir alimentos para a própria subsistência e para os senhores. Ao contrário do escravo da Antiguidade, o camponês da Alta Idade Média podia contar com um pedaço de terra e ser proprietário de ferramentas agrícolas e alguns outros pertences. Também não podia ser comercializado, pois, de certa forma, estava ligado ao feudo, à terra, através do regime da servidão de gleba.

Além disso, os camponeses deviam trabalhar a porção de terra do senhor, sem receber pagamento, por duas ou três vezes por semana. De acordo com um observador do Século XII, o camponês “nunca bebe o produto de suas vinhas, nem prova uma migalha do bom alimento.”⁴

Por sua vez, a Igreja desempenhou um papel fundamental na chamada “Idade da Fé”. A partir do século VI, os mosteiros dos beneditinos e de outras ordens religiosas se multiplicaram. Neles, os monges copiavam os manuscritos que haviam sobrevivido à desordem das invasões germânicas, ajudando a preservar a herança cultural greco-romana. Enquanto as paróquias dividiam entre si o território europeu, formando uma organização centralizada que muitas vezes serviu de apoio a um poder político fragmentado, os padres e bispos assumiam perante a sociedade a função de servir de intermediários entre Deus e os homens, alimentando o forte sentimento religioso que se difundiu pela vida cotidiana.

“ Por toda Europa reinava apenas uma Igreja: se um homem não era batizado na Igreja, não era membro da sociedade. Quem quer que fosse excomungado pela Igreja perdia automaticamente seus direitos civis e políticos. Era a Igreja que insistia em recomendar que os pobres não jejuassem tanto quanto os ricos e que proibia trabalho servil aos domingos. Era a Igreja que prestava serviço social aos pobres (...) Durante muito tempo nunca houve outra fonte de educação, além da eclesiástica. E era enorme a autoridade que a Igreja possuía, não só sobre as almas dos homens como também sobre seus negócios.”⁵

⁴ HUBERMANN, Leo. História da riqueza do homem. Pág. 157

⁵ FREMANTLE, Alvin. Idade da fé. Biblioteca de história universal Life. Vol. III, pág. 75

Na intermediação entre Deus e os homens, o clero sempre procurou transformar os terrores do mundo em receios sobre a vida eterna. O peso da violência, o modo do sexo e da morte, eis alguns ingredientes do período capazes de criar nos indivíduos uma culpa surda e servir de obstáculo à felicidade dos homens. O medo do inferno se revelava mais forte que a crença na salvação.

Para conquistar corações e mentes, a Igreja não explorou apenas os temores deste mundo e do além. Santos e anjos foram apresentados como protetores capazes de neutralizar os projetos dos demônios e ao mesmo tempo de ajudar as pessoas no seu dia-a-dia, protegendo a saúde, favorecendo a fertilidade da terra e afastando catástrofes naturais. Além disso, práticas pagãs se mesclaram às práticas cristãs, dando-lhes forte apelo popular e uma nova aparência que subsiste até os dias atuais.

No que se refere ao seu papel como agente econômico, a Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal e, na maioria das vezes, agia como senhor feudal. Nos primórdios do feudalismo, a Igreja foi um elemento dinâmico e progressista. Preservou muito da cultura do Império Romano, incentivou o ensino e prestou assistência social. Entretanto, há outro aspecto a considerar: enquanto os nobres dividiam suas terras e propriedades a fim de atrair simpatizantes, a Igreja adquiria mais e mais terras, reforçando sua influência e poder num cenário onde o poder político era extremamente fragmentado. Exemplo claro do apetite da Igreja é o fato de proibir o casamento aos padres simplesmente porque os chefes eclesiásticos não desejavam perder quaisquer terras mediante herança aos filhos de seus funcionários. A Igreja também aumentou seu domínio através do dízimo, porcentagem cobrada sobre a renda dos fiéis. Assim, a medida que a Igreja crescia enormemente em riqueza, sua economia apresentava tendências a superar sua importância espiritual, e realmente foi isto que se presenciou.

Ao lado da Igreja, outra classe também detinha parcela de poder: a nobreza, ou os senhores feudais. Embora a organização política fosse extremamente fragmentada, cada feudo ficava adstrito aos desmandos de um senhor feudal que, comumente, baseava sua autoridade em fictícias força e proteção militar.

Nobreza e clero constituíam as classes dominantes; controlavam a terra e o poder deles provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras sob a forma do cultivo de terras. Pode-se dizer, na esteira de tese defendida por Boissonnade, que:

“o sistema feudal, em última análise, repousava sobre uma organização que, em troca de proteção frequentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias, e concedia a terra não a quem a cultivava, mas aos capazes de dela se apoderarem.”⁶

Importante salientar que a sociedade medieval onde vigorava o sistema feudal era uma sociedade de ordens e estamentos. A mobilidade social era, praticamente, inexistente ou extremamente difícil. A vida econômica acontecia sem muita utilização do capital. Havia, basicamente, uma economia de consumo em que cada aldeia feudal, devido ao isolamento e más condições de transporte, era forçada a uma auto-suficiência. A sociedade feudal era uma sociedade repressora, onde se produzia e sustentava concepções de mundo que implantavam no homem a idéia de que o sofrimento, traduzido em más condições de vida, na identificação de que a acumulação de riquezas era pecado e fator que baniria seu proprietário do reino de Deus, que o querer maior conforto e liberdade era perda de tempo pois impossíveis em um mundo onde a divisão da sociedade era algo já previamente definido por uma força externa e onipresente, além de ser algo imutável, era algo intrínseco à existência humana e, sobretudo, dignificante. Contrapondo tais idéias, o homem medieval presenciava o fato que os arautos de tal discurso não o praticavam. E, se quem deveria por ofício representar as referidas concepções, não o fazia e preferia encontrar meios de aumentar sua influência e riqueza, começa a se desenvolver nos que assistiam a este contracenso a idéia de que era permitido desejar condições de vida melhores.

⁶ BOISSONNADE, Pierre. *Vida e trabalho na idade média*. Pág. 131

O mundo começa a assistir, então, a uma série de mudanças que fazem a estrutura medieval se defrontar com novas forças e, paulatinamente, começar a ruir. É o que se tratará adiante.

2.2 Os alicerces da idéia de subjetividade

Como dito anteriormente, o surgimento da modernidade é calcado, sobretudo, no desenvolvimento da noção de subjetividade. Esta noção começa a ganhar corpo a partir de uma série de mudanças estruturais ocorridas, principalmente, durante o século XVI. Dentre as principais mudanças ocorridas e que contribuíram para a construção da idéia de subjetividade, há que se destacar:

- a) **estruturação dos Estados nacionais modernos** – embora este tenha sido um processo extremamente heterogêneo e com diferentes características nos estados formados durante este período, há fatores comuns que podem ser elencados, de especial importância para a construção da idéia de subjetividade.

Primeiramente, destaca-se o afastamento da pluralidade jurídica medieval e a tendência a uma certa concentração jurídica e política. Tal processo esvaziou a autoridade das ordens parcelares e a reposicionou em uma ordem centralizada. Com isso, o poder acaba por ser depositado em um único centro, sendo fator preponderante para o estabelecimento do binômio Estado-sociedade civil, dentre outros, elemento de extremo significado para toda e qualquer compreensão que o homem moderno venha a desenvolver enquanto ser político;

- b) **reforma protestante** – coloca-se, pela primeira vez, os problemas da diferença e da tolerância, trazidos pelas guerras religiosas. Surge, também, a possibilidade de uma individualização religiosa que, pelo significado da religião na estrutura social da

época e na atividade humana, acabará por ter seus efeitos extendidos para demais estamentos da vida.

Há que se destacar que uma das razões do êxito de Lutero foi não cometer o engano de derrubar os privilegiados. Outra razão importante para o advento da Reforma naquele preciso momento histórico está no fato de que Lutero, Calvino e Knox apelavam para o espírito nacionalista de seus adeptos, num período em que esse sentimento crescia. Como a oposição religiosa a Roma coincidia com os interesses do nascente Estado nacional, tinha possibilidades maiores de sucesso.

Além disso, o novo grupo que aumentava seu poder na sociedade sentia que havia um obstáculo no caminho do seu desenvolvimento: o ultrapassado sistema feudal. A classe burguesa compreendia que seu progresso estava bloqueado pela Igreja Católica, que era a fortaleza de tal sistema. A Igreja defendia a ordem feudal, e foi em si mesma uma parte poderosa da estrutura do feudalismo. Era dona, como senhor feudal, de cerca de um terço da terra, e sugava ao país grande parte de sua riqueza. Antes que a classe burguesa pudesse apagar o feudalismo em cada país, tinha de atacar a organização central – a Igreja. E foi o que fez.

A luta tomou um disfarce religioso. Foi denominada Reforma Protestante. Mas, em essência, consistiu na primeira batalha decisiva da nova classe burguesa contra o feudalismo.

- c) **Revolução científica** – trata-se de um poderoso movimento de idéias que adquire as suas características elementares na obra de Galileu, que encontra sua expressão filosófica nas idéias de Bacon e Descartes e que depois iria encontrar a sua mais célebre expressão na imagem newtoniana do universo concebido como uma máquina.

O estopim deste processo foi, certamente, a chamada “revolução astronômica”, que teve em Copérnico, Kepler e Galileu seus mais destacados representantes, e que iria verter posteriormente na física clássica de Newton. Esse processo, todo este florescer de novas idéias, acaba por influenciar fortemente a concepção de mundo. Entretanto, durante os cento e cinquenta anos que decorrem entre Copérnico e Newton, não é apenas a imagem do mundo que se transforma. Vinculada a esta transformação, dá-se também a mudança das idéias sobre o homem, sobre a ciência, sobre o trabalho científico, sobre filosofia e entre saber científico e fé religiosa. Com a revolução científica, como bem ensina GIOVANE REALE:

“abriu-se caminho para as categorias, os métodos, as instituições, os modos de pensar e os valores relacionados com aquele fenômeno que, depois da revolução científica, costumamos chamar de ciência moderna”.⁷

O traço mais característico desse fenômeno que é a ciência moderna resume-se precisamente no método, que, por um lado, exige imaginação e criatividade de hipóteses e, por outro lado, o controle público dessas imaginações, ou em outras palavras, a possibilidade de comprovação e prova das teorias produzidas.

A revolução científica leva à rejeição das categorias, dos princípios e das pretensões essencialistas da filosofia aristotélica. O antigo saber pretendia ser saber de essências, ciência feita de teorias e conceitos definitivos. Mas o processo da revolução científica conflui para a idéia de Galileu, que escreve: “*considero o tentar a essência como uma empresa não menos impossível e, pelo esforço, não menos vã nas substâncias elementares próximas do que nas remotíssimas e celestes. (...) Mas, embora inutilmente, se se tentasse a investigação da substância das manchas solares, só nos restaria a grandeza, a capacidade, a mutabilidade, a produção e a dissolução que poderiam ser captadas por nós*”. Ou seja: a ciência

⁷ REALE, Giovanni e ANTISSEI, Dante. *História da filosofia*, vol. II, pág. 381

como ela se configurava ao fim do longo processo da revolução científica, não está mais voltada para a essência ou substância das coisas e dos fenômenos, mas sim para a qualidade das coisas e dos acontecimentos de modo objetivo, portanto sendo comprováveis e quantificáveis publicamente. Não é mais o que, mas o como; não é mais a substância, mas sim a função que a ciência passa a indagar.

O resultado de todo este processo cultural denominado revolução científica foi uma nova imagem do mundo que, entre outras coisas, propõe problemas religiosos e antropológicos não indiferentes. Ao mesmo tempo, representou a proposta de uma nova imagem de ciência: autônoma, pública, controlável e progressiva. Além disso, uma outra característica importante é a formação de um saber que reúne teoria e prática, ciência e técnica. A revolução científica cria o cientista experimental moderno.

Outro ponto a se destacar é que a ciência moderna defende e enfatiza a distinção homem/natureza, fator crucial para o desenvolvimento de uma certa “consciência de si”, que culminou por colocar este novo ser pensante e autoconsciente no centro e na origem de todo pensamento tomando, por assim dizer, o “lugar de Deus”. O homem começa a ser concebido como senhor da natureza e a noção de subjetividade ganha relevante papel em toda e qualquer teorização que se produziu.

2.3 . A Expansão capitalista

Embora os fatores acima sejam de importância crucial para o desenvolvimento da noção de subjetividade, cremos que eles representam muito mais efeitos do que causas deste processo. Há um fator que serviu de base para que estas novas concepções sobre a ciência, sobre o papel da fé e da Igreja e sobre a organização política pudessem se manifestar. Mais do que isso, há um fator que foi a grande força motriz para todas estas modificações sociais, culturais, políticas e filosóficas. Tal fator é o que aqui denominamos

de expansão capitalista, expansão esta animada pelo já citado agente inconsciente, ou seja, o desejo, na nossa opinião, o grande alimento da caminhada humana pela história. Enfim, cumpre analisar, agora, como o desejo motivou a expansão capitalista e como esta expansão serviu de solo fértil para construção da idéia de sujeito e, conseqüentemente, para a transição da Idade Média para a Moderna.

Nos primórdios da sociedade feudal, a vida acontecia sem utilização significativa do capital. Havia, basicamente, uma economia de consumo, onde cada aldeia feudal era praticamente auto-suficiente.

Sem dúvida, havia um certo intercâmbio de mercadorias. Entretanto, com o comércio em tão baixo nível não havia razão para produção de excedentes em grande escala. Outros obstáculos, ainda, retardavam a marcha do comércio: o dinheiro era escasso e as moedas variavam conforme o lugar; pesos e medidas também eram variáveis de região para região; o transporte de mercadorias para longas distâncias era obviamente penoso, perigoso, difícil e caro.

Mas o comércio não permaneceu pequeno, e seu crescimento afetou profundamente toda a vida da Idade Média. O século XI assistiu ao comércio evoluir a passos largos; o século XII viu a Europa Ocidental transformar-se em consequência disso.

Um dos fatores desencadeadores desse processo foram as Cruzadas. Milhares de europeus atravessaram o continente por terra e mar para arrebataram a Terra Prometida dos muçulmanos. Necessitavam de provisões durante o caminho, e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o que precisassem. Os cruzados que regressavam de suas jornadas traziam com eles o gosto pelas comidas, roupas requintadas e especiarias com que tinham travado contato, e isso acabou por gerar mercado para estes produtos e fundamentou o estabelecimento de novas rotas comerciais. Pode-se perceber, então, já uma influência daquele que consideramos o agente central da história, o desejo. Foi o desejo de consumir certas mercadorias, de obter maior conforto, por um lado, e de obter lucro, acumular riqueza, aumentar seu poder e melhorar suas condições de vida, de outro, que

fomentou o estabelecimento de novas rotas comerciais. Cite-se, ainda, que o século X registrou um acentuado aumento da população, e esses novos habitantes necessitavam e desejavam provisões, e os mercadores necessitavam e desejavam realizar seus negócios.

Posteriormente, os séculos XI e XII presenciaram, também, um renascimento do comércio no Mediterrâneo, ao sul, e presenciaram o grande despertar das possibilidades comerciais nos mares do norte. Nesta última região e no Báltico, os navios corriam de um ponto a outro para apanhar peixes, madeira, peles, couros, etc. Um dos centros desse comércio nos mares do norte era a cidade de Bruges, em Flandres. Tal como Veneza, ao sul, constituía o elo da Europa com o Oriente, Bruges estabelecia contato com o mundo russo-escandinavo. Restava apenas, a esse dois centros afastados, encontrar seu melhor ponto de encontro, onde a grande quantidade de artigos necessitados pelo norte poderia ser trocado facilmente pelos produtos oriundos do sul e do Oriente, e vice-versa. E como o comércio, tendo um bom começo e solo favorável, floresce rapidamente, não demorou muito para que se descobrisse esse centro comercial. Os mercadores que conduziam suas mercadorias do norte encontravam-se com os que cruzavam os Alpes, vindos do sul, na planície Champagne. Aí, numa série de cidades, realizavam-se grandes feiras, sendo as mais importantes em Lagny, Provins, Barsur-Aube e Troyes, onde se começou a realizar feiras.

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primórdios da Idade Média e essas grandes feiras do século XII ao XV. Os mercados eram pequenos, negociavam produtos locais, na maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas e negociavam mercadorias por atacado, provenientes de todos os cantos do mundo conhecido.

A medida que o comércio se intensificava, sempre alimentado por sua indissociável motivação, qual seja o desejo, toda a vida comercial, agrícola e industrial recebia sustento e florescia. Um dos efeitos mais importantes do aumento do comércio foi o crescimento das cidades.

Se recapitularmos o estabelecimento da sociedade feudal, veremos que a expansão do comércio, trazendo consequências como o crescimento das cidades, habitadas sobretudo por uma classe de mercadores que surgia, logicamente conduziria a um conflito. Toda a atmosfera feudal era repressora e sustentava uma imobilidade social, econômica e do controle do poder; a atmosfera da atividade comercial representava a liberdade para a grande maioria dos indivíduos, a possibilidade de ascensão social, de melhoria das condições de existência e da detenção de maior parcela de poder. Não mais cabiam as concepções de que o homem deveria se abster de procurar melhorias na suas condições de vida, desfrutar de maior conforto e comodidade, consumir melhores produtos.

Começava a se tornar insustentável a idéia de uma sociedade estática, definida por um ente externo onde cada homem nascia com um papel pré-definido e só lhe cabia aceitar tal designação. Não mais se conseguia impor barreiras ao desejo humano, fossem elas de ordem filosófica, econômica, cultural, política ou religiosa. As estruturas de poder medievais não mais conseguiam conter o desejo daqueles que à elas se submetiam, e as mudanças que tal confronto obviamente originou.

Para os senhores feudais, não havia diferença entre suas terras na cidade e outras de sua propriedade. Esses senhores esperavam arrecadar impostos, desfrutar monopólios, criar taxas, dirigir tribunais, tal como faziam em suas propriedades feudais. Mas isso não poderia acontecer nas cidades. Todas estas práticas eram feudais, baseadas na propriedade do solo e tinham de ser modificadas. A vida na cidade era diferente da vida no feudo e novos padrões tinham de ser criados.

A população das cidades queria liberdade. Queria ir e vir quando lhe aprouvesse, queria melhores condições de vida e existência, e isso representava basicamente duas coisas: eles queriam poder consumir mais e melhores coisas e, sobretudo, queriam ser proprietários.

Quando surgem cidades nas quais os habitantes se ocupam total ou parcialmente do comércio e da indústria, passam a ter a necessidade de obter do campo o suprimento de alimentos. Surge, portanto, uma nova divisão do trabalho, polarizada numa estrutura campo/cidade. Como o comércio começa a ocupar lugar central no cotidiano, não mais se podia utilizar a antiga estrutura de produção agrícola, onde os camponeses deviam trabalhar a terra do senhor feudal sem receber contraprestação adequada. Agora, com o trabalhador rural livre das antigas amarras, seu trabalho começa a ser remunerado e surge a possibilidade de ascensão social.

Mas havia ainda um grande obstáculo a ser removido: a Igreja e tudo aquilo que defendia e representava. Pela imagem que hoje se tem da Igreja, era de se esperar que ela liderasse um movimento de libertação. Mas, pelo contrário, ela foi a principal adversária de um processo de emancipação. Numa época em que grande parte dos senhores havia compreendido que era melhor, para seus próprios interesses, dar liberdade ao servo e contratar trabalhadores livres, a Igreja ainda se manifestava contra a emancipação. Os estatutos da Cluniaca, uma ordem religiosa, são um exemplo da profundidade dessa atitude:

“Excomungamos os que, tendo o controle de servos ou não-libertos, homens ou mulheres de condição servil pertencentes aos mosteiros de nossa Ordem, concedam a essas pessoas cartas e privilégios de liberdade.”⁸

A Igreja apregoava, ainda, que o lucro constituía pecado. Sustentavam que o lucro do bolso representava a ruína da alma, e o bem-estar espiritual deveria ser colocado em primeiro lugar. “Que lucro terá o homem se ganhar todo o mundo e perder sua alma?”⁹. Se alguém obtivesse numa transação mais do que o devido, estaria prejudicando a outrem, e isso estava errado. Embora se admitisse, com relutância, que o comércio era útil, os

⁸ COULTON, George G., *The medieval village*. Pp 147. Cambridge University Press, 1975.

⁹ Mateus, XVI, 26

comerciantes não tinham o direito de obter mais do que o justo pelo seu trabalho em uma transação.

Também não se considerava ético acumular mais dinheiro do que o necessário para a manutenção própria. A Bíblia era clara quanto a isso: “é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus.”¹⁰

É fácil perceber que a doutrina do pecado da usura iria limitar as aspirações do novo grupo de comerciantes que desejava negociar numa Europa em expansão comercial. Tornou-se, na verdade, um obstáculo quando o dinheiro começou a ter um papel cada vez mais importante na vida econômica. Houve, então um choque entre a doutrina da Igreja, destinada a uma economia antiga, e a força histórica representada pelo aparecimento da classe de comerciantes. E foi a doutrina que cedeu, sendo modificada para atender às novas condições, refletindo em leis, crenças, costumes e relações interpessoais que, sobretudo, facilitavam a vazão do desejo humano.

Em síntese, toda a expansão comercial acabou por fortalecer uma nova classe: a burguesia. Detendo esta classe uma nítida superioridade econômica, não mais lhes era admissível ficar submetidos aos desmandos dos antigos senhores e detentores do poder. Precisavam, então, fomentar uma mudança social que lhes garantisse o acesso e o controle do poder em uma sociedade com nova composição de forças. E esta mudança precisava ser a mais ampla possível: era possível mudar as relações econômicas, era preciso mudar a distribuição do poder e, sobretudo, era preciso mudar as concepções de mundo que a sociedade detinha e que reprimiam o homem e seu respectivo desejo.

¹⁰ Mateus, XIX, 24

3. A Inauguração da subjetividade

Todo o processo transcorrido durante a Idade Média acabou por colocar em cheque a estrutura vigente. As verdades até então incontestáveis da fé não mais conseguiam resistir ao ímpeto da investigação científica; as concepções que defendiam que aqueles que praticassem a usura e visassem o lucro estariam banidos do paraíso não mais eram admissíveis em uma sociedade onde o desejo alimentava uma expansão capitalista sem precedentes, alavancava uma nova classe social e trazia consigo uma série de novas necessidades; mas, principalmente, todas estas novas questões eram plenamente incompatíveis com as então vigentes formas de pensar e conceber o mundo.

Esses diversos choques, esses confrontos entre o antigo e o novo que surgia, bem como a necessidade de se encontrar um novo fundamento de verdade acabaram tendo em Descartes o intérprete que necessitavam.

Conforme ensina RICARDO MARCELO FONSECA :

“ René Descartes (1596-1650) é comumente designado como fundador da subjetividade e inaugurador do racionalismo moderno. É o filósofo que ultrapassa o paradigma do ser em direção ao paradigma da consciência, ou seja, é aquele que substitui a busca do fundamento da filosofia num substrato material (como os gregos) ou teológico (como os teólogos medievais) para situá-la na própria consciência do homem : a partir de agora é a razão que passa a ser o ponto de partida para o filosofar e o guia para desvelar o mundo.” ¹¹

¹¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Modernidade e contrato de trabalho. Pág. 60

Utilizando sua verdadeira inteligência e sem a ajuda da divina revelação das Sagradas Escrituras, o Homem penetrava nos mistérios da Natureza, transformara seu universo e melhorara sua existência de modo incomensurável. O avanço da Era Moderna trouxe grande alteração no vetor psicológico da autoridade existente. Em períodos anteriores da História, a sabedoria e a autoridade localizavam-se no passado – profetas bíblicos, filósofos antigos, apóstolos – mas a consciência moderna cada vez mais situava essa autoridade no presente, em suas próprias relações sem precedentes, em sua própria consciência de ser a vanguarda revolucionária da experiência humana. Caracteristicamente, a autoridade passada estivera associada a um princípio transcendental – Deus, as divindades míticas, uma inteligência cósmica- mas a consciência moderna transformava-se agora nessa autoridade, subordinava esse poder, tornava o transcendental imanente em si mesmo. O teísmo medieval e antigo cosmicismo davam lugar, então, ao Homem moderno.

Creemos que foi HEGEL, em sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas, quem melhor exprimiu a ruptura que a obra de Descartes representa, a saber:

“ com Descartes entramos, com rigor, em uma filosofia própria e independente que sabe que procede substantivamente da razão e que a consciência de si é um momento essencial da verdade (...) Com efeito, com Descartes começa verdadeiramente a cultura dos tempos modernos, o pensamento da moderna filosofia (...) Neste novo período, o principal geral que regula e governa tudo no mundo é o pensamento que parte de si próprio. Este pensamento, que é para si, essa cúpula mais pura da interioridade se afirma e se fortifica como tal, relegando para o segundo plano e rechaçando como ilegítima a exterioridade morta da autoridade. Somente o pensamento livre que se abriga em mim pode reconhecer e corroborar, como tribunal competente, o pensamento (...) . A filosofia se

converte, dessa maneira, numa incumbência geral acerca da qual todo homem deve saber emitir juízo, pois todo indivíduo é um ser pensante por natureza.”¹²

Importante destacar, também, que cada vez mais a atividade econômica ganhava importância na vida humana. O comércio se desenvolvia mais e mais e se percebia que a circulação de bens e riquezas acabava, ela mesma, por gerar riqueza. Precisava-se, então, de mais agentes aptos a realizar tais trocas, aptos a serem proprietários e a consumir de maneira crescente, a fim de atender às necessidades da nova estrutura que se erguia. A liberdade se tornava, então, uma necessidade deste novo sistema pois, ser livre era ser livre para consumir, e o sistema exigia o consumo crescente. Em outras palavras, o sujeito acaba por se tornar uma categoria necessária para o funcionamento e desenvolvimento de sistema econômico, sistema este alicerçado pelo desejo humano. Somente um sujeito livre, autônomo seria capaz de dispor da propriedade e estaria habilitado a persegui-la.

Todo o processo histórico desencadeado durante a Idade Média, todas as necessidades que se apresentavam encontravam, então, o discurso que precisavam. Estava fundado o sujeito, e sua fundação obviamente provocava efeitos nos mais diversos segmentos da atividade humana seja na filosofia, na economia, na política ou no direito. Em resumo, o homem deixava de lado as formas vigentes até então, as concepções que colocavam o divino como o ponto de partida e de chegada para toda a atividade humana e a substituíam pela consciência, pelo próprio homem, agora emancipado e liberto de suas amarras, embora esta emancipação seja questionável e, para nós ilusória.

No que tange especificamente ao Direito, estando a sociedade se pautando por novos parâmetros, pensando com base em outra episteme, é claro que o sistema jurídico haveria de receber influências destas novas circunstâncias. Se toda a atividade humana tomava, agora, como ponto de partida o sujeito, por que o direito não haveria de fazê-lo? Cremos, profundamente, que o sistema jurídico é um sistema de respostas às situações que a vida em

¹² HEGEL, Georg W. F. Enciclopédia das ciências filosóficas, pág. 307

sociedade exige, assim sendo, apresentando-se a sociedade em uma nova roupagem, o direito haveria de acompanhá-la.

Além disso, a expansão comercial alavancada pelo desejo humano percebera que lhe era extremamente vantajoso a circulação da riqueza, seja ela mercadorias, bens ou serviços. Necessitava, então, de uma sociedade onde, cada vez mais, houvessem agentes habilitados a realizar tais práticas, a integrar a cadeia econômica. O sistema exigia um maior contingente apto a celebrar contratos, a desejar e obter bens e propriedades e, em última instância, alienar a sua própria capacidade produtiva.

O sistema social exigia então que o sujeito fosse também colocado no centro do sistema jurídico. Tem-se, então, que o sujeito de direito, embora seja considerado – como dito no início deste trabalho- uma necessidade lógica do sistema é, para nós **uma categoria** que, apesar de necessária para a estrutura do ordenamento jurídico, é subordinada, é uma consequência advinda de todo um processo de ampla mudança social, **mudanças ocorridas** não só no direito, mas na filosofia, na economia, em todos os segmentos da atividade humana.

O que ocorre, entretanto, é que ao ser formulada por exigências do sistema social, a categoria sujeito de direito valeu-se das mesmas premissas que fundaram a subjetividade moderna. Em outras palavras, o direito também supõe **um ente plenamente consciente**, autônomo, racional, senhor de si e do mundo. A estruturação do sistema jurídico não atenta para as diversas inflexões que agem sobre o sujeito, que limitam sua suposta autonomia, que o colocam em situações de nítido desequilíbrio em suas relações com outros entes.

Pior do que isto, partindo a concepção do sistema jurídico da noção de sujeito, é claro que a estrutura concebida haveria por colocar em primeiro plano a noção de subjetividade, o individual. Sendo o direito, como dissemos e defendemos, um instrumento de resposta às necessidades sociais, um instrumento que só se justifica quando inserido em uma sociedade, há uma clara inadequação quando se parte do sujeito, quando se coloca o individual em primeiro lugar para se regular questões eminentemente pluripessoais, sociais.

O direito vigente presa, ao nosso ver, a generalização das individualidades. O sistema jurídico presa e defende não uma sociedade, mas um aglomerado de individualidades que, por razões que ainda não se averiguou, não tem outra possibilidade que não forçar seus entes a encontrar meios de reprimir a individualidade alheia a fim de preservar a própria.

4. Subjetividade e desejo

Como visto, o início da Modernidade é marcado pela substituição do fundamento da verdade, ou seja, o Homem toma o lugar de Deus na estruturação e concepção da atividade humana. A razão humana é, então, coroada como a grande ferramenta para se compreender o mundo, para se investigar e se buscar a verdade.

Neste processo a razão é tida como algo absoluto, infalível, superior a toda e qualquer coisa e, conseqüentemente, o homem, o ser pensante, é concebido como o grande portador desta nova e inigualável arma. O homem é colocado como o senhor do mundo e da natureza, pois guiava-se pela infalível razão que a nada se submetia.

O que ocorre, no entanto, é que esta concepção, ao supor um homem plenamente consciente, deixa de lado diversas outras inflexões que agem sobre o sujeito, que o influenciam, motivam e interferem em sua conduta.

A Modernidade traz o primado absoluto da razão, mas não percebe que este é apenas mais um dos elementos que pautam a atividade humana. A pressuposição de um razão infalível e de um ser que é unicamente razão acabam por negar a existência de outros elementos que provocam influências sobre o sujeito. Além disso, conforme mostrado anteriormente, a concepção que coloca a razão como o único fundamento válido de verdade e que estrutura toda a Modernidade acaba por negar o próprio processo histórico que o construiu e motivou, pois deixa de lado um dos fatores que mais influenciaram sua

edificação, ou seja, o desejo, eternamente presente na atividade humana e, para nós, a grande força motriz da história.

Por fim, o que se pretendeu mostrar com uma breve leitura histórica da construção da subjetividade é que este ambicioso projeto já trazia em si, desde sua gênese, a falha que o colocaria em cheque e que poderá fazer desmoronar todo seu edifício. A emancipação que a Modernidade defendeu e promoveu acabavam por limitar o homem a um único elemento de sua complexa, e ainda desconhecida, plenitude. Em outras palavras, a emancipação proposta acabou por reduzir o homem à sua racionalidade e a caminhada histórica da humanidade está mostrando que tal concepção se torna insustentável. Como bem explanou BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS, “ há um desassossego no ar, uma sensação de estar na orla do tempo entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu.”¹³

¹³ SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente, pág. 41.

CONCLUSÃO

Após termos percorrido rapidamente o processo histórico que motivou a construção da subjetividade e alçou o sujeito à posição fundamental na estruturação da atividade humana, cremos ter ficado evidente que o nascimento do sujeito tem data marcada : a Era Moderna. Mais do que isto, o sujeito não é uma verdade absoluta e eterna, presente desde sempre na atividade humana. O sujeito é uma construção histórica, uma invenção humana que, em determinada época e frente a determinadas circunstâncias e interesses, fez-se necessária.

O grande fator motivador deste processo, segundo a análise que fizemos acima, foi o desejo humano, que alavancou uma expansão comercial, carreou forças para uma nova classe e fez refletir seus efeitos nas mais diversas áreas, seja nas ciências naturais, na política, na filosofia e no direito.

Tendo o desejo papel tão fundamental nesta invenção histórica do sujeito, a partir do momento em que a Modernidade, a fim de promover a ruptura que as circunstâncias clamavam, construiu um sujeito plenamente racional, senhor de si e do mundo e portador da infalível e inigualável arma chamada razão. A Modernidade concebeu um sujeito unicamente racional, um sujeito reduzido apenas à sua porção consciente.

Acontece, no entanto, que o homem não é só e exclusivamente razão. O homem não é plena e exclusivamente consciente. Há fatores que se fazem presentes na ação humana, não só agora mas em toda a caminhada humana pela história, que afetam e influenciam o sujeito, seu modo de agir, pensar e conceber o mundo e a sociedade, esteja ele consciente deles ou não.

Mais do que isto, quando a subjetividade fora inaugurada pela Era Moderna pressupondo um sujeito totalmente consciente e exclusivamente racional, acabou-se por negar todo o processo histórico que motivou esta construção. É fácil perceber que o

principal agente de toda a mudança que foi a passagem da Idade Média para a Moderna, foi deixado de lado quando da elaboração da categoria sujeito. Em resumo, há uma falha fundamental na construção da subjetividade, falha esta responsável em grande parte pelas distorções que hoje são percebidas não só no direito, mas na política, na economia, na filosofia, e em diversas outras áreas da ação humana.

Creemos que é a partir da real percepção e assimilação desta falha e de sua correta resolução que poderemos formular idéias mais exatas e adequadas para pautar o futuro de nossa caminhada pela história. Quando iniciamos a presente obra, assumimos a crença que ela se constituía em um projeto ousado. Esperamos que se tenha levado este projeto à uma conclusão adequada e que ele tenha cumprido seus propósitos. Em última instância, esperamos que as breves idéias aqui expostas possam ser úteis para uma melhor compreensão de nossa sociedade e de nosso mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIER-ANDRIEU, Louis. *O direito nas sociedades humanas*.
Ed. Martins Fontes. 1ª edição. São Paulo, 2000.
- DOURADO DE GUSMÃO, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*.
Ed. Forense. 20ª edição, Rio de Janeiro, 1992.
- EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia*.
Ed. Centelha. 1ª edição, Coimbra, 1976.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*.
Ed. Atlas. 2ª edição, São Paulo, 1996.
- FONSECA, Marcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*
Ed. Max Limonad. 1ª edição, São Paulo, 2002.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. *Modernidade e contrato de trabalho*.
Ed. LTR. 1ª edição. São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*.
Ed. Loyola. 7ª edição, São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo do cursos do collège de france*.
Jorge Zahar Editor, 1ª edição, Rio de Janeiro, 1997.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*.
Ed. Forense. 13ª edição, Rio de Janeiro, 1998.
- HEGEL, Georg W. F., *Enciclopédia das ciências filosóficas*.
Ed. Paulus. 10ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*.
Ed. LTC. 21ª edição ver. e at., Rio de Janeiro, 2002.

- LIMA LOPES, José Reinaldo de. *O direito na história*.
Ed. Max Limonad. 1ª edição, São Paulo, 2000.

- MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito*.
Ed. Stampa. 2ª edição, Lisboa, 1994.

- MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*.
Ed. Paulus. 10ª edição, São Paulo, 1990.

- MORRIS, Clarence. *Os grande filósofos do direito*.
Ed. Martins Fontes. 1ª edição, São Paulo, 2002.

- MOTA PINTO, Carlos Alberto da. *Teoria geral do direito civil*.
Ed. Coimbra, 3ª ed. atualizada. Coimbra. 1999.

- MOTA, Mirian Becho. *História da civilização*.
Ed. Moderna. 1ª edição, São Paulo, 2000.

- REALE, Giovanni e ANTISSEI, Dario. *História da filosofia*, vol. I.
Ed. Paulus. 3ª edição, São Paulo, 1990.

- REALE, Miguel . *Lições preliminares de direito*.
Ed. Saraiva. 22ª edição. São Paulo, 1995.

- SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente*.
Ed. Cortez. 1ª edição, São Paulo, 2000.

- TARNAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental*. Ed. Bertrand Brasil. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2000.